**João Pimenta Lopes (The Left).** – Senhor Presidente, procuram institucionalizar uma política fiscal da UE, imiscuindo‑se na política fiscal de cada Estado, subvertendo o justo princípio de um orçamento baseado em contribuições segundo o rendimento nacional bruto de cada Estado.

Querem pôr a pagar mais quem está em pior condição, implodindo os conceitos de coesão e da convergência, pondo em causa a função redistributiva do orçamento, quando deveriam ser os que mais beneficiam com a integração e têm borlas e descontos a contribuir mais para o orçamento da UE.

Novas taxas? Que resultem da cooperação entre Estados no respeito pela sua soberania, assegurando um adequado combate à fraude, evasão e elisão fiscais e sob o princípio de que a riqueza deve ser taxada onde é gerada, constituindo receitas nacionais dos Estados. E que daí resulte maior justiça fiscal, assegurando importantes recursos para os Estados promoverem o necessário aumento dos salários e pensões, combater o aumento do custo de vida e investirem nos serviços públicos e funções sociais, promoverem a produção e o desenvolvimento nacional.